

Em busca de um consenso ^{que pagá}

Acabou a fase do devaneio. A partir de agora, e nos próximos 30 dias, os constituintes irão se dedicar finalmente à tarefa de dotar o País de um texto constitucional uniforme e coerente, que represente o consenso entre as posições políticas antagônicas e corresponda, ao mesmo tempo, à expectativa de milhões de brasileiros que acreditaram na transição democrática e esperam por mudanças. O projeto de Constituição aprovado nas comissões temáticas frustrou a expectativa de todos, mas explicam os autores do regimento da Constituinte que essa reação era previsível: não se poderia esperar um trabalho perfeito de um grupo de comissões heterogêneas.

O projeto assustou a classe empresarial ao propor, por exemplo, a redução da jornada de trabalho e a estabilidade três meses após a data de admissão do empregado. O que parece, à primeira vista, uma indiscutível conquista social, seria na visão dos empresários um fator de inibição da oferta de emprego e uma forma de se privilegiar os incompetentes. Da mesma forma, a proposta de reforma agrária aprovada na Comissão

da Ordem Econômica estaria aquém do Estatuto da Terra, uma legislação aprovada no governo do presidente Castello Branco. Acreditam os representantes dos trabalhadores que, se essa proposta prevalecer também no plenário da Constituinte, a reforma agrária estaria praticamente inviabilizada no Brasil.

E para corrigir essas incongruências do projeto, que teria avançado irrealisticamente em determinados setores e regredido em outros, que os líderes dos partidos no Congresso e na Constituinte se preparam para uma longa rodada de negociação nos próximos 30 dias. Um acordo preliminar já terá facilitado a passagem do relatório do deputado Bernardo Cabral pela Comissão de Sistematização, remetendo o projeto, antes do prazo previsto, ao exame do plenário da Constituinte. Terá começado então a fase decisiva das emendas de plenário, quando se tentará um acordo, entre os diversos partidos, sobre os principais temas em debate até agora.

Acredita o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, que os políticos teriam condições de chegar a um consenso

sobre 80 a 90% do texto da nova Constituição. Seria apenas uma questão de boa vontade para conversar e capacidade para transigir, uma vez que as fórmulas de consenso não podem agradar, completamente, a setores específicos: o importante é que satisfaça, parcialmente, a todos os setores, pois o consenso deverá representar a média das diversas posições políticas e ideológicas representadas na Constituinte. Explica o deputado Carlos Sant'Anna que os dez ou 20% que sobram seriam decididos através de votação, no plenário da Constituinte. Onde não for possível o consenso, que prevaleça a vontade da maioria.

O verdadeiro pacto ocorreria, portanto, na própria Constituinte. E é importante que ele tenha êxito para que a nova Constituição seja uma obra destinada a ficar.

Comprometeu-se o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, a encaminhar a decisão sobre o mandato e o sistema de governo através do voto secreto dos convencionais. Um expediente que poderá beneficiar a posição do governo favorável ao mandato de cinco anos, mantendo-se as características do sistema de governo presidencialista.